



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mestrado

Museologia: Conteúdos Expositivos

***PÚBLICOS DO MUSEU MUNICIPAL LEONEL TRINDADE:
TRATAMENTO E ANÁLISE DE FONTES ADMINISTRATIVAS***

Maria Isabel Soares de Luna

Orientação
Prof. José Soares Neves

Janeiro | 2009

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	
2.1. Historial.....	2
2.2. Organização e Missão.....	4
2.3. Serviços disponibilizados ao público.....	4
2.4. Horário.....	5
2.5. Ingresso.....	5
3. AS FONTES ADMINISTRATIVAS	
3.1. Categorização dos públicos.....	6
3.2. Registo de entradas.....	8
3.3. Arquivo e divulgação dos dados.....	9
4. ENQUADRAMENTO REGIONAL	
4.1. Torres Vedras.....	9
4.2. Museus do Oeste.....	10
5. EVOLUÇÃO DOS PÚBLICOS DO MMLT: 1993-2007	
5.1. Tendências gerais da evolução.....	11
5.2. Caracterização e evolução dos visitantes.....	12
6. CONCLUSÃO.....	16
BIBLIOGRAFIA.....	18
ANEXOS.....	19

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende, genericamente, analisar as metodologias de recolha e tratamento de dados quantitativos, provenientes de fontes administrativas, ou seja, os dados recolhidos “*com base em procedimentos administrativos que têm normalmente um fim primário que não é estatístico*” de acordo com a Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, alínea e) do art.º 2º), relativos à frequência do Museu Municipal Leonel Trindade (MMLT). As balizas temporais do estudo correspondem, sensivelmente, ao período de implantação dos actuais procedimentos, desde 1992 – altura da última reprogramação do museu –, até 2007, sem deixar de apresentar uma perspectiva histórica da evolução dos métodos, do registo do volume de visitas (ou entradas) e das características dos visitantes, ao longo do período de existência do museu.

Pretende-se, assim, fazer uma explanação das metodologias de registo e processamento dos dados administrativos – vulgarmente designados “de bilheteira” –, realçando a informação que estes permitem recuperar sobre os públicos da instituição. Para aferir as suas potencialidades, criou-se uma amostra de apenas três anos – atendendo à impossibilidade técnica de se analisar um conjunto maior de registos – que, simultaneamente, permitisse alguma leitura das tendências de frequência dos visitantes. Assim, seleccionaram-se os anos polares do registo (1993¹ e 2007) e um ano intermédio (2001), sem verificação prévia da eventual tipicidade, ou não, dos anos em causa. Não obstante, estes dados serão complementados por outros – sempre que tal seja viável e possibilite uma leitura mais clara – ou substituídos pelos de anos próximos, quando determinada informação não estiver disponível para todos os anos considerados.

2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

2.1. Historial

O Museu Municipal de Torres Vedras foi fundado em 1929, por deliberação do executivo municipal, na sequência de um movimento de cidadãos, membros da elite social e política da vila, que há muito ansiavam pela criação de um museu “regional”, onde se pudessem expor os valores históricos e artísticos que engrandeceriam o concelho aos olhos do país. Começou por estar instalado numa sala anexa à igreja de S. Pedro, tendo sido seu fundador o Dr. Rafael Calado, que enaltece o “*espírito regionalista*” e o “*bairrismo*” da empresa, referindo-se à criação do museu como a demonstração do “*respeito e apreço que se devia dedicar àquilo que representasse o valor artístico ou histórico dos tempos passados*” (Calado, 1947: 55). Desde a fundação, o museu

¹ O museu reabriu em Outubro de 1992, razão pela qual se excluiu este ano da amostra.

afirmou-se como um “Museu de História, Arqueologia e Pré-História”, forma sob a qual se passou a definir, a partir de 1959, junto do INE.

Com o afastamento do Dr. Calado, em 1932, por motivos de saúde, sucedeu-lhe o Dr. Ricardo Belo, tendo como adjunto Leonel Trindade. Nos anos seguintes, estes membros da direcção, em conjunto com reputados arqueólogos nacionais, realizaram inúmeras intervenções arqueológicas, que levariam à recolha de um significativo espólio arqueológico e ao considerável aumento quantitativo e qualitativo da colecção do museu. Para este processo em muito contribuíram, também, as informações e doações da população do concelho, que cedo assimilou a importância da salvaguarda do património arqueológico e ganhou orgulho no seu museu.

Não tardou, por isso, que as primeiras instalações se mostrassem exíguas. A transferência do museu para um outro edifício, só viria a concretizar-se em 1944, quando este se mudou para a antiga sede da Misericórdia: *“O Museu encontra-se instalado com elegância, apresentando uma valiosíssima colecção de achados arqueológicos, que tem sido a admiração dos sábios que o têm visitado”* (Novidades, 17.03.1944). No entanto, esta nova sala continuava a não ser suficiente para expor todo o vasto espólio do Museu e, em 1970, este passou a ocupar oito salas do edifício, distribuídas por dois pisos.

Após a década de 60, a actividade do museu voltou-se essencialmente para a investigação científica, promovendo e desenvolvendo estudos no campo da arqueologia, através de uma intensa colaboração com organismos culturais, universidades e institutos de investigação, nacionais e estrangeiros, de cuja cooperação resultaram estudos pioneiros para a arqueologia e um merecido reconhecimento aquém e além fronteiras. A partir de 1969, Leonel Trindade assume a direcção do museu, a ele se devendo a sua organização nos moldes em que permaneceu até 1989. Se a exposição seguia as correntes que, na época, nortearam a montagem da generalidade dos museus do país, os procedimentos administrativos e museográficos seriam praticamente abandonados, durante cerca de 40 anos. No início dos anos 80, a exposição do piso térreo viria a ser desmontada para dar lugar às crescentes reservas e aos necessários espaços de trabalho, que nunca haviam sido previstos. O museu tinha apenas um vigilante, exercendo os directores o seu cargo a título gratuito.

Em 1989, com as instalações já profundamente degradadas, o museu seria transferido – num atribulado processo – para o piso térreo do restaurado Convento da Graça. A nova exposição permanente foi inaugurada em 1992, de acordo com um desenvolvimento cronológico e uma leitura didáctica. Com um novo regulamento, o museu deu início a um conjunto de actividades educativas e de extensão cultural.

Sob proposta de uma associação cultural local, em 1997 a autarquia atribuiu o nome de Leonel Trindade ao museu. Desde 2006 que a instituição se encontra em fase de reprogramação, com vista a ocupar a totalidade do edifício conventual, recentemente liberto pela extinção do organismo da Administração Central que ocupava o piso superior. A exposição permanente foi amputada da arqueologia que projectou o museu, passando o espaço a apresentar exposições temporárias (actualmente, de etnografia). A primazia foi dada ao público escolar, com a afectação de recursos humanos, em exclusividade, ao agora renomeado Serviço Pedagógico.

2.2. Organização e Missão

O Museu Leonel Trindade é tutelado pela Câmara Municipal de Torres Vedras, enquadrado no Sector do Património Histórico-Cultural e dependente da Divisão de Cultura e Turismo. Tem ao seu serviço 12 funcionários (3 técnicos superiores, 3 técnico-profissionais, 4 administrativos e 2 auxiliares).

Desde 2001, integra a Rede Portuguesa de Museus, tutelada pelo Instituto dos Museus e da Conservação, e a Rota dos Museus do Oeste, criada pela Associação de Municípios do Oeste.

A sua missão encontra-se plasmada no Regulamento Interno, aprovado em 1992: “*O Museu Municipal de Torres Vedras é um Museu de Arqueologia e História, que se destina a contribuir para o estudo das origens e evolução histórica do Homem, na região, através da recolha, estudo e exposição de objectos arqueológicos, históricos, etnográficos e artísticos*”.

2.3. Serviços disponibilizados ao público

Exposições – A exposição permanente abrange a arte dos séculos XVI/XVII e a Guerra Peninsular, e decorre uma exposição temporária, dedicada à vida ribeirinha torriense.

Actividades de extensão cultural – Ao longo dos últimos dezasseis anos, o museu tem vindo a realizar inúmeras actividades de dinamização e atracção de públicos, designadamente exposições temporárias, visitas guiadas, passeios culturais, conferências, comemorações, etc.

Serviço Educativo – Apenas desde 1992 se realizam actividades de apoio educativo especialmente dirigidas a públicos escolares (visitas guiadas, ateliês, animações, etc.). Apesar da oferta permanente, o seu funcionamento enquanto serviço organizado foi intermitente até 2006.

Biblioteca – Especializada nas áreas da História, Arqueologia, Etnologia e Arte.

Apoio à investigação – O museu recebe, anualmente, um grande número de investigadores que aqui desenvolvem os seus estudos escolares e académicos, desde licenciaturas a pós-doutoramentos.

Loja – Apesar das pequenas dimensões, disponibiliza ao público as edições da autarquia.

2.4. Horário

Aquando da sua fundação, o museu abria ao público “*todos os domingos, segundas e quintas-feiras, das 13h às 16h*” (Câmara, art.º 4º). Pelo menos desde a segunda metade dos anos 70, passou a estar aberto em regime de permanência, de terça-feira a domingo, entre as 10h00 e as 18h00, encerrando à hora do almoço, até 1989, entre as 12h30 e as 14h00 e, desde 1992, entre as 13h00 e as 14h00. Encerra apenas nos dias 1 de Janeiro, domingo e terça-feira de Carnaval, Domingo de Páscoa, 1º de Maio e dias 24 e 25 de Dezembro.

2.5. Ingresso

Em 1929, o acesso ao museu fazia-se “*mediante o pagamento de \$50 cobrado [por] talão numerado*” (Câmara, art.º 7º). Posteriormente, praticamente nada se sabe sobre o funcionamento da bilheteira até aos anos 80, para além de que se cobrava bilhete. Desde 1992 que o ingresso se faz pelo pagamento de 0,75 € ou de 0,50 €, no caso dos portadores de cartão-jovem². Ao domingo a entrada é gratuita³. A entrada é ainda gratuita a menores de 12 anos, maiores de 65 anos, professores e alunos de qualquer grau de ensino, membros de associações museológicas e funcionários municipais.

Até ao presente ano, os grupos organizados estavam isentos do pagamento de ingresso. No caso dos grupos escolares, por se tratarem de crianças e/ou estudantes. No caso dos outros grupos, que representam entre 30% e 40% daquele total, por serem, na

Quadro nº 1
Dados de bilheteira

2007		
	Nº	Valor
Total de entradas (a)	7017	
Entradas gratuitas (b)		
Menores de 12 anos	286	
Maiores de 65 anos	700	
Grupos escolares	2888	
Outros grupos	1326	
Total	5200	
Entradas pagáveis (a-b)	1817	(1362,75 €)
Entradas gratuitas (c)		
domingos	483	
municípios, semanalmente	1101	
Total	1590	
Entradas cobradas (a-b-c)	233	174,50 €

² Entendeu-se não se dever alterar o preço, enquanto se não operassem as necessárias melhorias na exposição.

³ Segundo o regulamento de 1929, “as pessoas que tinham cedido ou doado objectos ao museu” tinham “*entrada gratuita e permanente*” (Câmara, art.º 7º).

maioria, grupos VIP ou ligados a instituições que solicitam apoio à autarquia, pelo que se entendeu não fazer sentido cobrar entrada apenas a um número restrito de situações, difíceis de justificar perante terceiros, inclusive pelas dificuldades que acrescentaria aos procedimentos de cobrança.

Talvez a maior originalidade da política de bilheteira deste museu resida no facto de a visita ser gratuita para todos os residentes no concelho de Torres Vedras. Por um lado, considerou-se que os residentes deveriam ter acesso gratuito ao equipamento, como contrapartida da sua contribuição directa para as receitas da autarquia – que permitiram a montagem/manutenção do museu –, através do pagamento de impostos sobre os bens imóveis. Por outro lado, pretendia potenciar-se uma frequência assídua da comunidade local, que resultasse numa relação de afectividade e de “posse” do espaço, com fins de educação e lazer, numa utilização reiterada, idêntica à de uma biblioteca. No quadro n.º 1 pode verificar-se o valor das receitas não cobradas com os ingressos de munícipes, em 2007; trata-se de um valor irrisório para a autarquia que, simultaneamente, permite uma política discriminatória positiva.

Os utentes, que apenas acedem a serviços do museu, não pagam ingresso. O mesmo sucede com os participantes, em virtude da gratuitidade das actividades educativas e de animação. Desde 2006, algumas actividades passaram a ser pagas, ainda que simbolicamente.

3. AS FONTES ADMINISTRATIVAS

3.1. Categorização dos públicos

O público do museu foi, tradicionalmente, entendido como uma grande massa única: os **visitantes**. Os dados que possuímos sobre os visitantes do museu, anteriores a 1989, são relativamente escassos. Até 1946, não se conhecem registos. Desde esta data e até 1965, os únicos dados que possuímos são os totais anuais, por vezes desagregados por sexo, remetidos ao INE; no entanto, as séries são incompletas e os documentos mais antigos referem a não existência de controlo de visitantes. Os dados de 1965 a 1989 são relativamente completos, salvo raras excepções, com a distribuição mensal do número de visitantes, ainda que sem distinguir os visitantes individuais dos grupos⁴.

A existência de um número único, mensal e anual, relativo à frequência do museu, dizia algo sobre a quantidade de pessoas que o procuravam, mas muito pouco sobre quem elas eram. Daí que tivesse havido, desde 1992, a preocupação em obter o máximo de informação qualitativa

⁴ Estes dados desagregados terão existido mas, nos anos 80, foram – com boa intenção – “passados a limpo” para folhas uniformizadas, onde se terão perdido alguns dados, nomeadamente os relativos à distribuição por sexo e às visitas em grupo.

sobre os visitantes, dentro de um procedimento de controlo administrativo que, simultaneamente, não complexificasse demasiado a tarefa do rececionista, nem interpelasse os visitantes para além do razoável. Inicialmente, considerou-se fundamental saber a distribuição por sexo, por idade e pela origem geográfica dos visitantes e, mais tarde, juntaram-se-lhes informações sobre a sua distribuição temporal. Os dados por sexo acabaram por ser excluídos, quando o INE deixou de os solicitar. Os visitantes são, assim, distribuídos por cinco classes etárias, pré-estabelecidas pelo museu: menores de 12 anos e maiores de 65 anos, que correspondem a categorias de entradas gratuitas; as restantes – 13-17, 18-39 e 40-64 anos –, são categorias que permitem distinguir públicos mais jovens de outros mais idosos, para além das duas primeiras categorias.

Quando, a partir de 1992, se deu início à realização, mais ou menos sistemática, de actividades de extensão cultural, colocou-se de forma premente a questão de saber como registar um grande número de frequentadores do equipamento museal que, claramente, não eram visitantes da exposição permanente, atendendo a que a sua aglutinação com os *visitantes*, numa mesma categoria, impediria a fiabilidade de futuros estudos comparativos de públicos, com os períodos temporais anteriores. A legislação de enquadramento – Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março – aplicava-se apenas aos museus da Administração Central, mas também nada referia sobre as atribuições dos museus em matéria de registo de público(s). Assim, o Museu Municipal criou a categoria de **participantes**, onde se integrava todo o público que participava em acções específicas do museu que não fossem visitas à exposição permanente, nomeadamente os participantes em passeios culturais e conferências, mas onde também se integravam os visitantes de exposições temporárias. A partir de 1998, o avolumar de utilizadores de serviços “correntes” do museu – Biblioteca, apoio a trabalhos escolares, trabalhos de investigação (nas reservas), documentação, filmagens –, que antes passavam despercebidos, tornou necessária a criação de uma nova categoria de registo, os **utentes**. Acrescia o facto de, ao domingo, o museu substituir o Posto de Turismo e de haver necessidade de registar todos esses utilizadores do serviço. É com base nestas categorizações – criadas muito antes de a Lei Quadro dos Museus Portugueses, de 2004, definir a necessidade

MUSEU MUNICIPAL LEONEL TRINDADE		REGISTO DIÁRIO DE VISITANTES E UTENTES	Ano	Folha										
DATA / HORA	VISITANTES / Origem	VISITANTES / Idade					UTENTES							
		-12	13-17	18-39	40-64	+65	TRAB. ESCOLA	TRAB. INVEST.	INFO. DOCUM.	FOTOS FILMES	BIBLIOT.	INFO. TUR/DIV.		
15-11-08	11:20				X									
11	11:25				X									
11	11					X								
11	11					X								
11	11					X								
11	11:00					X								
11	12:40					X								
11	14:20				X									
11	14				X									
11	15:45			X										
11	16:15			X										
11	11		X											
11	11			X										
11	16:50				X									
11	16:50				X									
16-11-08	10:45			X										
12:30	12:30		X		X									

Fig. 1 - Folha de registo diário de visitantes e utentes.

de se registarem “os ingressos de visitantes do museu e dos utentes de outros serviços, tais como do centro de documentação, da biblioteca e das reservas” – que se processa o registo dos visitantes do museu (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, art. 56.º).

3.2. Registo de entradas

O controlo do visitante inicia-se com a aquisição do bilhete de ingresso (anexo 1), no qual é carimbado, tal como no canhoto, o valor cobrado (0,75€/0,50€), que permitirá depois fazer a gestão contabilística.

O cadastro é feito manualmente, numa tabela em papel onde, a cada linha, corresponde um registo. Visitantes e utentes são inscritos na mesma folha. Uma única pergunta é feita a cada um dos indivíduos: qual o seu concelho ou país de residência, dado necessário à cobrança do bilhete. Quando os visitantes iniciam o percurso expositivo, o funcionário recepcionista regista então a data, a hora e a proveniência de cada um, inscrevendo-os ainda, individualmente, numa das classes etárias estabelecidas (fig. 1). O registo por classes etárias é feito por observação, mas a forma como estão agrupadas as três classes centrais permite minorar muito significativamente a margem de erro, que será tendencialmente maior nas zonas de transição.

Os utentes são registados da mesma forma e inscritos na variável relativa ao serviço que procuraram.

Os grupos são registados em folhas distintas (fig. 2), anotando-se, no caso dos grupos escolares, o número de alunos e professores, a escola de origem e a localidade, inscrevendo-se o registo num dos ciclos de ensino mencionados na folha; no caso de grupos não escolares, é anotado o número de indivíduos, o nome da instituição ou grupo e a localidade de origem.


RECEPÇÃO		Registo Diário de Grupos	ANO	MÊS	DIA	TOTAL
			2005	Abril	29	31
GRUPOS ESCOLARES	INFANTIL	Profs e Alunos				
	1º CEB	Profs e Alunos	4			
	2º CEB	Profs e Alunos				
	3º CEB	Profs e Alunos				
	SECUNDÁRIO	Profs e Alunos				
	SUPERIOR	Profs e Alunos				
	OUTROS	Profs e Alunos				
OUTROS GRUPOS						

Fig. 2 - Folha de registo diário de grupos.

O registo de participantes em actividades é feito em folhas próprias, onde apenas são distinguidos, quando possível, os indivíduos nacionais dos estrangeiros, sendo os grupos registados na folha já mencionada, de acordo com o procedimento descrito.

No final de cada dia, os dados são transferidos para uma base de dados informatizada, sendo as folhas numeradas e arquivadas em dossiers anuais. O pequeno programa informático, de concepção própria, consiste num conjunto de folhas de cálculo inter-relacionadas, do programa Excel. A cada folha de cálculo corresponde um mês, com os dados diários de visitantes individuais, grupos, utentes e participantes, construindo o programa automaticamente folhas de dados agregados mensais e anuais (anexo 2), também impressas e acrescentadas ao referido dossier.

3.3. Arquivo e divulgação dos dados

Todos os documentos de registo de visitantes são arquivados em dossiers individuais. Até 2005, os trâmites seguidos pelos dados recolhidos, para além do arquivo, eram os que de seguida se descrevem. A partir dos ficheiros informáticos, a conservadora preparava tabelas de dados a serem remetidos, quer à Assembleia Municipal, através da Câmara Municipal (trimestralmente), quer ao INE (anualmente). Para além disso, procedia à análise e tratamento dos dados, elaborando uma série de quadros e gráficos estatísticos, que eram inseridos no relatório de actividades. No entanto, nunca o processamento da informação foi feito com uma profundidade que permitisse retirar dos dados toda a informação que potencialmente encerram. Os relatórios foram sempre remetidos à tutela, mas nunca geraram qualquer retorno informativo.

4. ENQUADRAMENTO REGIONAL

4.1. Torres Vedras

O concelho de Torres Vedras apresenta uma população de cerca de 73.000 habitantes, que se encontra em crescimento (quadro n.º 1), não devido a um aumento da natalidade – uma vez que o índice de crescimento natural apresenta valores negativos (Simões e Dias, 2006: 56) – mas, sobretudo, a fenómenos migratórios, externos e internos, designadamente do campo para a cidade (quadro n.º 2).

Quadro n.º 1
Torres Vedras
População residente

	1991	2001	Taxa de Variação (%)
População residente no Concelho	67 185	72 750	7,5

Quadro n.º 2
Torres Vedras
População residente na cidade
(percentagem relativamente à população total do concelho)

	1981		1991		2001	
População residente na cidade	19 096	29,7	19 923	28,9	22 609	30,3

Consideramos importante, também, verificar os dados relativos ao nível de educação dos residentes (quadro n.º 3) e à taxa de analfabetismo (quadro n.º 4), em 2001, onde se pode constatar o baixo nível de ensino (76,6% da população residente não possui mais do que o ensino básico, sendo que, destes, 15,8% não possui nenhum nível de escolaridade e 36,8% só concluiu o 1º ciclo), e a marcante taxa de analfabetismo (10,8%).

Quadro n.º 3
Torres Vedras
População residente por nível de ensino atingido
(n=72 250)

2001		
Nível de ensino	Nº	%
Nenhum	11 380	15,8
Ensino Básico		
1º Ciclo	26 608	36,8
2º Ciclo	8 893	12,3
3º Ciclo	8 471	11,7
Total	43 972	60,8
Ensino Secundário	11 031	15,3
Ensino Superior	5 523	7,6
Outro	344	0,5

Quadro n.º 4
Torres Vedras
Taxa de Analfabetismo (%)

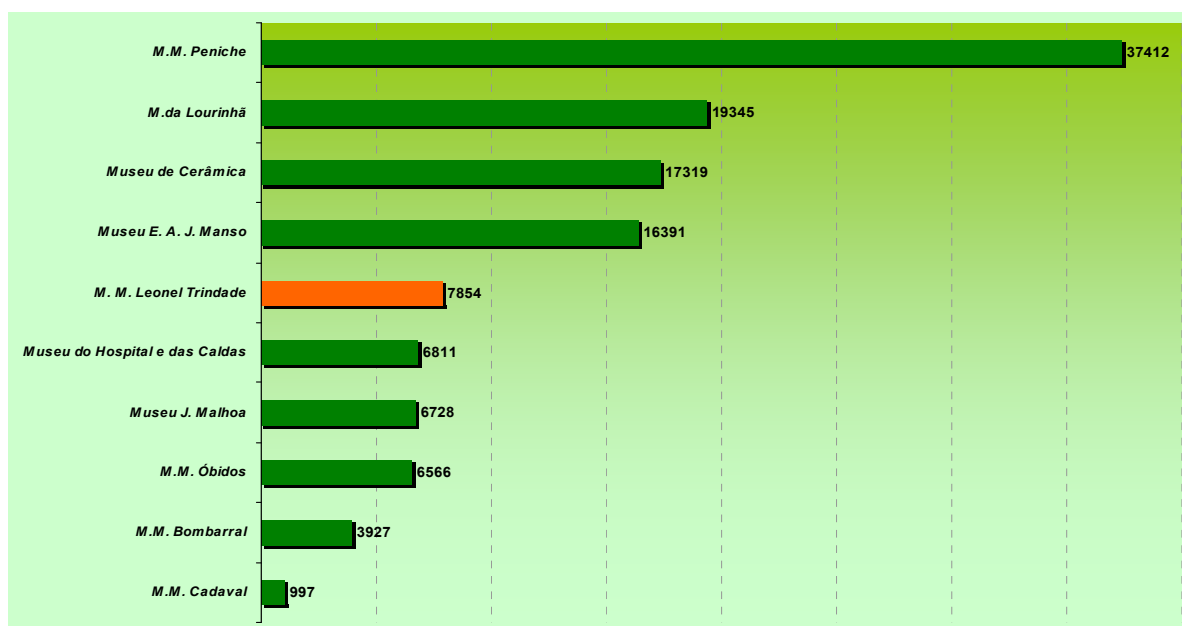
	1991	2001
Taxa de Analfabetismo	14,1	10,8

Quadro n.º 5
Torres Vedras
População residente por
classes etárias

Idade	2001	%
Até 12 anos	9 392	13
13 – 19	6 444	9
20 – 39	21 564	30
40 – 64	22 286	31
> 65	12 564	17

4.2. Museus do Oeste

Gráfico n.º 1
Visitantes de Museus do Oeste – 2007



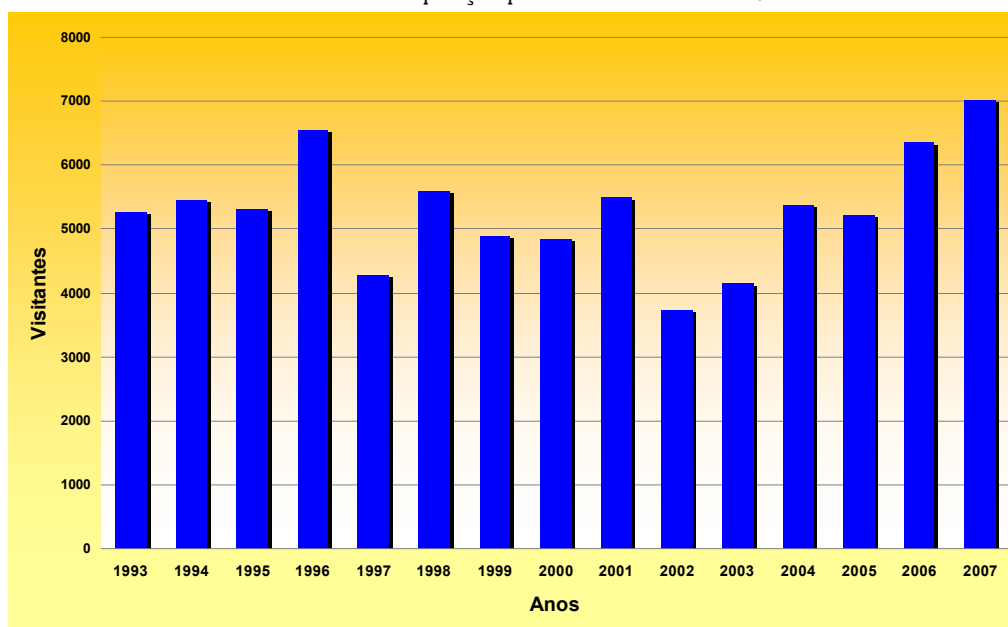
Para um melhor enquadramento dos dados da frequência do Museu Leonel Trindade, comparámos o seu volume anual de visitantes, em 2007, com o dos museus da região envolvente – o Oeste –, a maioria dos quais apresenta afinidades com este museu⁵ (gráfico n.º 1). Podemos constatar que os resultados do museu torriense são relativamente baixos, mesmo considerando que os elevados números de algumas instituições museais se relacionam com condições de atractividade muito específicas.

A distribuição sazonal dos visitantes apresenta duas variantes (anexo 3), com crescimentos até Maio ou Agosto, seguidos de quedas mais ou menos suaves, que correspondem, genericamente, a diferentes dinâmicas internas e externas: de um lado, os museus com maior dinamismo na realização de actividades de animação e atracção de públicos (onde se integra o museu de Torres Vedras), cujo auge é atingido em Maio, *mês dos Museus*. De outro lado, um conjunto de museus que depende mais do público turista e excursionista, cujo peso se faz sentir durante o Verão e, muito particularmente, durante o mês de Agosto.

5. EVOLUÇÃO DOS PÚBLICOS DO MMLT: 1993-2007

5.1. Tendências gerais da evolução

Gráfico n.º 2
Visitantes da exposição permanente – 1993-2007



Num quadro geral, os públicos do Museu Leonel Trindade tiveram um crescimento contínuo a partir da segunda metade da década de 60 e mais acentuado a partir de 1993, relativamente aos anos precedentes (anexo 5). Só em 1968 é ultrapassada a barreira dos 2000

⁵ Só foram incluídos os museus que nos facultaram elementos informativos.

visitantes e, em 1983, a dos 4000, tendo-se atingido o recorde máximo de público em 2001, com 12.214 indivíduos. Tal evolução deve-se, sobretudo, ao peso da recém-surgida categoria de *participantes*, que, por vezes, chega a ultrapassar os valores dos tradicionais *visitantes*.

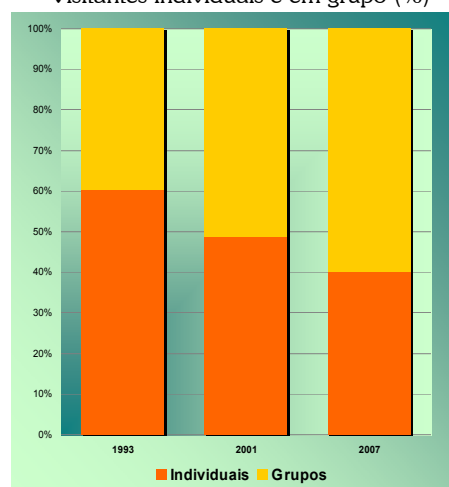
Este facto é demonstrativo de uma nova dinâmica, assente na realização de actividades de animação, com grande capacidade de atracção de público. De facto, se atentarmos agora no gráfico n.º 2, verificamos que, entre 1993 e 2007, não obstante alguma variação entre os diferentes anos, a evolução estrutural do público visitante da exposição evidencia uma tendência de crescimento muito tímida. Apesar disso, nos últimos dois anos (2006-2007), aparentemente, ter-se-á dado uma diminuição significativa do número de participantes e um aumento do número de visitantes. Convém referir, no entanto, que, na sequência da desmontagem de 50% da exposição permanente e da sua substituição – no mesmo espaço físico – por exposições anuais, a maior parte dos frequentadores do museu passou a integrar, quase exclusivamente, a categoria de visitante.

5.2. Caracterização e evolução dos visitantes

Vejamos agora, no que respeita à amostra considerada, de que forma evoluiu o público visitante. O gráfico n.º 3 mostra-nos a forma como evoluiu a relação entre as percentagens de visitantes individuais e em grupo, que passou de 60%-40% em 1993, para uma relação de 59%-41% em 2001 e, finalmente, de 40%-60% em 2007. Verifica-se, claramente, a diminuição do número de visitantes individuais, relativamente àqueles que se deslocam em grupo, invertendo-se a tendência anterior.

A repartição dos visitantes por sexo, em 1993, é de 52% de mulheres para 48% de homens. O museu não possui dados sobre a divisão dos visitantes por sexo, posteriores a 1994 (ano em que a relação foi de 48% de mulheres para 52% de homens), pelo que a comparação só é possível com anos anteriores. Assim, no gráfico 4, pode verificar-se ter sido 1993 um ano atípico, no que respeita à distribuição por sexo. De facto, nos anos 50 e 60, a percentagem de frequentadores masculinos do museu era francamente dominadora, com valores que chegaram a atingir os 86%, tendo a frequência de homens e mulheres vindo a convergir lentamente, ao

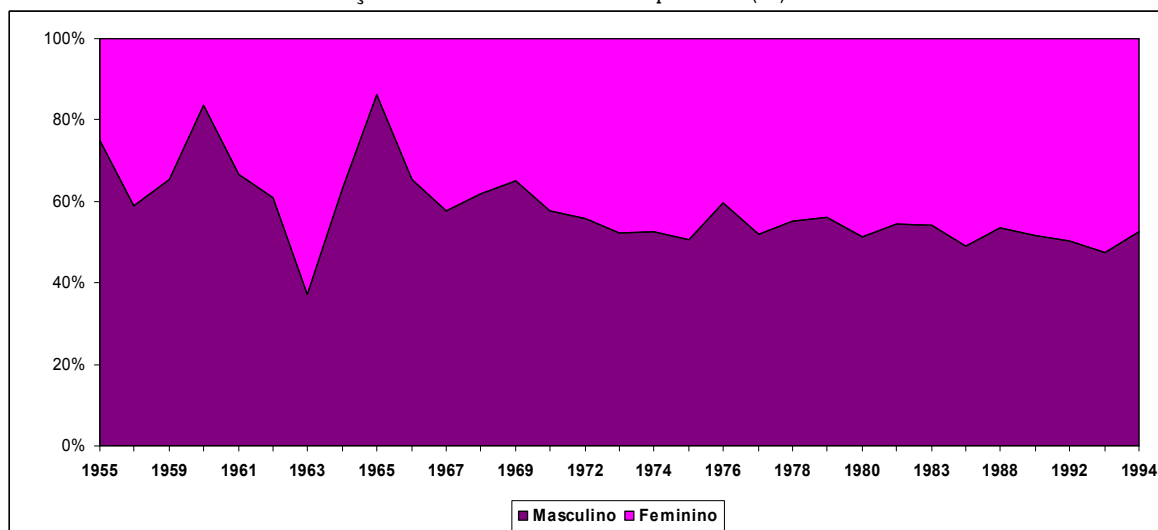
Gráfico n.º 3
Visitantes individuais e em grupo (%)



longo dos anos. Só a partir da década de 70 é que a percentagem de indivíduos do sexo masculino baixou, definitivamente, dos 60%, mantendo-se, no entanto, quase sempre maioritária.

Gráfico n.º 4

Distribuição dos visitantes individuais por sexo (%): 1955-1994



Quanto à segmentação dos visitantes por classes etárias (quadro n.º 6), podemos verificar que, em 1993, o público apresentava uma composição muito jovem, com 69,1% dos visitantes a possuírem uma idade inferior a 40 anos, sendo o escalão dos 20 aos 39 anos o que detinha maior peso percentual. Se atendermos ao peso relativo dos dois escalões mais jovens, então a constatação é ainda mais evidente, com 37,5% dos visitantes com uma idade inferior a 20 anos. Por outro lado, os maiores de 65 anos representavam apenas 7,4% do total. Esta situação vai evoluir nos dois anos seguintes da amostra (gráfico n.º 5) e os visitantes até aos 40 anos já só representam 60,2% em 2001 e 45,2% em 2007, enquanto que as duas classes mais jovens passam a representar

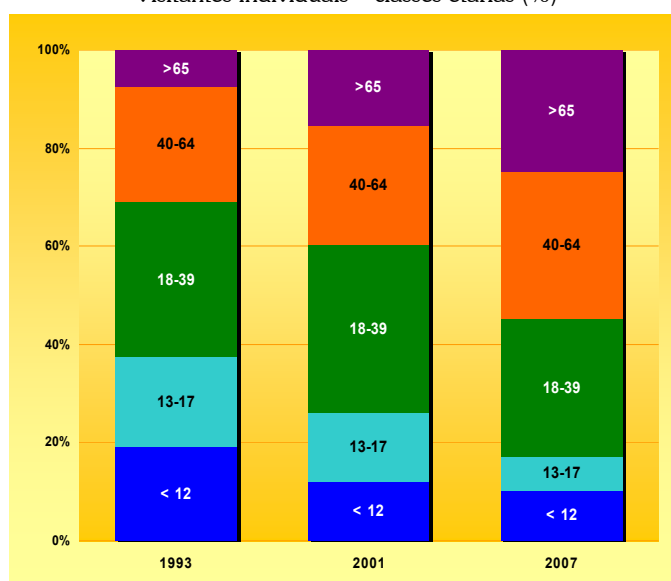
Quadro n.º 6

Repartição dos visitantes individuais por classes etárias

Idade	1993		2001		2007	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 12 anos	607	19,1	322	12,0	286	10,2
13 – 19	585	18,4	379	14,2	195	7,0
20 – 39	1005	31,6	910	34,0	785	28,0
40 – 64	747	23,5	656	24,5	837	29,9
> 65	236	7,4	410	15,3	700	25,0
<i>Total</i>	3180	100	2677	100	2803	100

Gráfico n.º 5

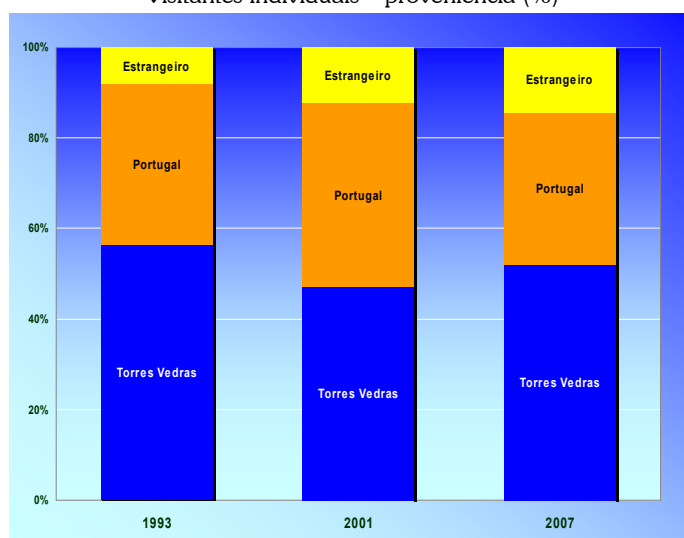
Visitantes individuais – classes etárias (%)



26,2% do total em 2001, e apenas 17,2% em 2007. Já no que respeita aos maiores de 65 anos, passam a ter uma representatividade de 15,3% em 2001 e de 25% em 2007. Verifica-se, assim, uma tendência de forte diminuição do público mais jovem e de aumento do público mais idoso. No cômputo geral dos três anos considerados, o escalão até aos 12 anos diminui a sua representatividade em 8,9%, o dos 13 aos 19 anos em 11,4% e o dos 20 aos 39 anos em 3,6%, sendo este o mais estável do conjunto. Já os escalões dos 40 aos 64 anos e dos maiores de 65 anos apresentam evoluções positivas, com aumentos, respectivamente, de 6,4% e de 17,6%. Convém referir que neste último escalão não estão incluídos os inúmeros seniores que se deslocam ao museu em grupo.

Em 1993, os visitantes eram, maioritariamente, torrienses (57%). Sem perder a predominância, esta categoria de visitantes teve, no entanto, uma quebra acentuada em 2001 (gráfico n.º 6), para voltar a recuperar em 2007, embora sem chegar aos valores de 1993. Refira-se que, para 2007, estamos a falar de 1458 indivíduos, o que parece bastante pouco, face ao número de habitantes. Sobretudo se atendermos

Gráfico n.º 6
Visitantes individuais – proveniência (%)



ao facto de os frequentadores de exposições temporárias – ou seja, a quase totalidade dos anteriores participantes – estarem agora registados como *visitantes*.

Mais notória é a diminuição de visitantes nacionais que, em números absolutos, passam de 1124 indivíduos em 1993, para 1090 em 2001 e para 937 em 2007. Os mapas de distribuição geográfica dos visitantes nacionais, para 1993 e 2007 (anexos 6 e 7), denotam

Quadro n.º 7
Visitantes estrangeiros por país de origem

País	1993		2001		2007	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Grã-Bretanha	69	26,6	96	29,4	206	50,5
Espanha	52	20,1	61	18,7	51	12,5
Brasil	4	1,5	21	6,4	30	7,4
Alemanha	38	14,7	28	8,6	24	5,9
França	25	9,7	25	7,7	22	5,4
Estados Unidos	14	5,4	16	4,9	19	4,7
Países Baixos	14	5,4	20	6,1	10	2,5
Bélgica	19	7,3	18	5,5	5	1,2

uma origem maioritariamente urbana dos visitantes, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa mas, muito especialmente, da capital – de onde provêm 57% dos visitantes nacionais em 2000 e 58% em 2007. Apenas depois se seguem, geralmente, os visitantes do Oeste e,

curiosamente, os do Grande Porto, aos quais sucede um conjunto de indivíduos de inúmeros concelhos dispersos pelo país.

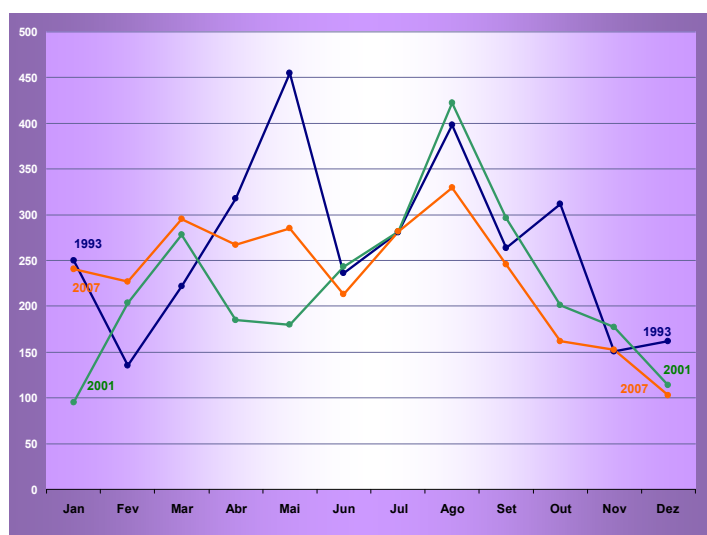
O segmento dos visitantes estrangeiros, apesar de se manter sempre minoritário, é o único que apresenta um crescimento muito acentuado, fundamentalmente à custa do aumento dos visitantes britânicos (quadro n.º 7)⁶. De facto, os ingleses foram sempre o público estrangeiro por excelência, devido à grande atracção que constitui a visita ao núcleo das Linhas de Torres e a posterior visita ao Forte de S. Vicente, no centro da cidade. Em vésperas das comemorações do bicentenário da Guerra Peninsular e de grande divulgação do tema, é talvez natural este aumento. Na generalidade, regista-se uma fidelidade dos visitantes espanhóis, alemães, franceses, americanos e holandeses, verificando-se um forte crescimento do público brasileiro. O registo da proveniência de visitantes reflecte os dados relativos aos principais países de origem dos estrangeiros que dormiram em Torres Vedras, em 2001 (Simões e Dias, 2006: 199), e demonstra a fraca frequência do museu, por parte dos estrangeiros alojados no concelho (quadro n.º 8).

Quadro n.º 8
Torres Vedras
Dormidas e hóspedes registados, por país

2001		
País	N.º	Porcentagem
França	10 180	12
Espanha	2 681	3,2
Países Baixos	2 134	2,5
Alemanha	901	1,1
Reino Unido	593	0,7
Itália	530	0,6
EUA	169	0,2

A distribuição mensal dos visitantes, nos três anos considerados (gráfico n.º 7), para além de evidenciar uma diminuição em números absolutos, apresenta uma variação mensal que, embora ligeiramente desigual, tem os seus pontos altos entre a Primavera e o Verão, com picos em Março e Maio⁷ e, em todos os casos, uma elevada frequência no mês de Agosto.

Gráfico n.º 7
Visitantes individuais – frequência mensal



Uma última palavra para uma breve análise dos visitantes em grupo. Se os visitantes dos grupos não escolares se

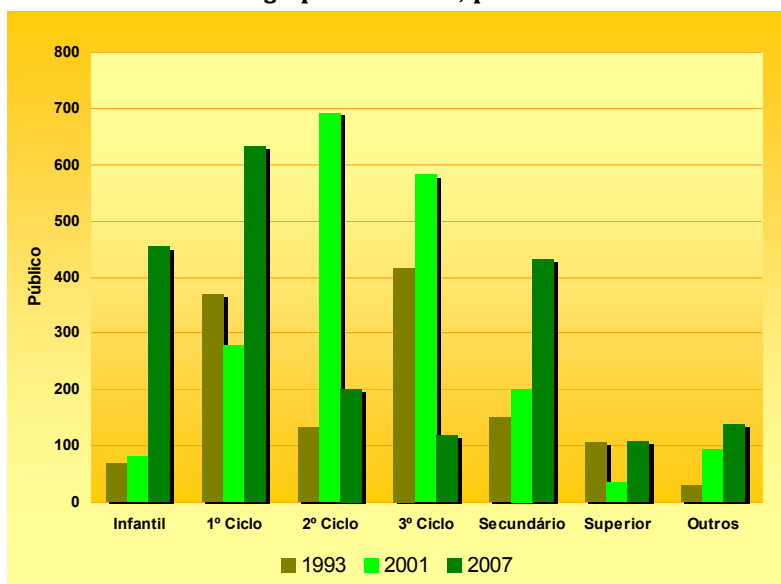
⁶ Inclui apenas os países com um número de visitantes minimamente representativo (superior a 10).

⁷ Em Maio de 1993, a realização de uma exposição temporária sobre brinquedos antigos – que teve mais de 4000 visitantes – provocou um aumento significativo da afluência à exposição permanente.

caracterizavam, geralmente, pela sua vertente excursionista, actualmente começam a ser ultrapassados pelos grupos de seniores institucionalizados ou reformados e pensionistas ligados a associações diversas (IPSS's, INATEL, etc.). Em 2007, tiveram origens tão distintas como o Porto, Oeiras, Aveiro, Guarda, Braga, Setúbal, etc.

No entanto, os públicos escolares continuam a ser dominantes e representaram, relativamente ao total dos visitantes em grupo, respectivamente, 61% em 1993, 70% em 2001 e 69% em 2007⁸. Os grupos escolares do museu Leonel Trindade, que já tiveram uma maior expressão regional e nacional, são agora maioritariamente locais,

Gráfico n.º 8
Visitantes em grupos escolares, por níveis de ensino



apesar de, em 2007, 17,9% ter procedido de concelhos limítrofes e de Lisboa, havendo ainda a registar 3,5% de estudantes estrangeiros em grupo. A evolução deste público (gráfico n.º 8), ao longo dos anos da amostra, patenteia uma evolução positiva dos estudantes do ensino secundário mas, sobretudo, um direccionamento da instituição para os públicos do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo de escolaridade.

6. CONCLUSÃO

Esta breve abordagem às metodologias de recolha de dados de fontes administrativas e à análise geral das tendências de evolução dos públicos do Museu Municipal Leonel Trindade, sugere algumas reflexões. Em primeiro lugar, permitiu clarificar melhor o que sabemos e o que desconhecemos sobre os visitantes, identificar lacunas e omissões nos procedimentos administrativos e, fundamentalmente, permitir aperfeiçoar os métodos, propiciando uma maior fiabilidade dos dados obtidos.

⁸ Refira-se que, desde 2006, a autarquia procede ao aluguer e à assunção de encargos com os transportes para a deslocação dos grupos escolares ao museu.

Para um conhecimento preciso do público do museu e da sua evolução ao longo do tempo, é importante estudar convenientemente a instituição e a sua história. Muitos factos que estão intimamente ligados à história da evolução dos públicos do museu não integram as fontes administrativas exclusivas das bilheteiras, mas encontram-se dispersos por cartas, relatórios, ofícios, actas do município, jornais locais, etc. Claude Fourteau (2000: 239) aborda essa questão para o caso do Louvre, mencionando a importância das “*correspondências e dos textos de jornalistas, de escritores, de diplomatas, de visitantes de passagem, conhecidos ou desconhecidos*”, que “*constituem um estudo extremamente esclarecedor sobre o espírito, as ideias, as condutas de uma época e sobre a sua relação com o museu*”. Também para Jean-Michel Tobelem (2003: 252), os estudos de frequência devem começar “*por uma fase documental, com vista à recolha, à análise e à síntese de dados existentes, (...) por mais improváveis que possam parecer*”, de que constitui exemplo a metodologia aplicada ao estudo dos Museus Municipais de Cascais (Santos e Neves, 2005: 17-18). Sobre este aspecto, tal como em relação ao aprofundamento de todo o manancial informativo fornecido pelos registos de bilheteira – que aqui só foi abordado superficialmente – muito haverá ainda a fazer.

Compreende-se que o conhecimento que uma instituição museal tem sobre os seus públicos seja fundamental para planear, gerir e direccionar actividades, com vista a uma oferta mais atractiva e mais profícua. Simultaneamente, como refere Helena Santos (2008: 80), o número de visitantes é também um elemento incontornável para a indiciação da visibilidade do museu. E, no que respeita ao Museu Leonel Trindade, a sua visibilidade continua relativamente baixa, apesar do dinamismo que caracterizou a sua actuação nos últimos anos. Curiosamente, essa visibilidade parece ser inversamente proporcional ao reconhecimento que a população local atribui à instituição. Para esta conjuntura poderão contribuir aspectos intrínsecos sumariamente referidos, como uma população muito ruralizada, com baixos níveis de escolaridade e uma taxa de analfabetismo ainda elevada, pois, como refere o estudo de Rui Gomes (2001: 4), as práticas culturais de saída, nomeadamente ligadas à frequência de exposições, estão fortemente associadas a elevados níveis de ensino. Tal não explica, no entanto, o forte decréscimo do público exterior ao concelho, maioritariamente lisboeta. O fenómeno não parece ser exclusivo deste museu e Helena Santos (2008: 84) refere mesmo que, “*em termos gerais, a frequência do público (...) se revela minoritária em relação aos totais populacionais*”.

Outro facto marcante consiste na forte queda registada nos visitantes mais jovens, especialmente nos escalões dos 13 aos 17 anos e dos 18 aos 39 anos. É uma situação relativamente preocupante para a instituição, uma vez que estes escalões integram, supostamente, os públicos que já foram “formados” pelo museu, desde 1992, através das actividades dirigidas aos públicos infantis, juvenis e familiares. Este é o público de quem o museu deveria estar a

recolher, agora, os frutos de um retorno informado. Terá havido alguma falha na sua actuação? Ou terão ocorrido alterações significativas das práticas culturais juvenis? É certo que a concorrência de outras atracções, exercidas sobre os mais novos, é forte. Inês Câmara (2008: 64) reflecte sobre esta questão, referindo que, apesar de privilegiarem as crianças e as famílias como público-alvo prioritário, os museus, na sua acção, não conseguem “estabelecer relações duradouras através da fidelização dos seus públicos, ignorando as rupturas que advêm dos vários momentos do ciclo de vida” e a “posição periférica que ocupam nas práticas culturais”.

Apesar de o estudo de Rui Gomes (2001: 3) indicar que as práticas culturais de saída, associadas à frequência de exposições, têm maior expressão nas camadas mais jovens, o museu de Torres Vedras assiste a um envelhecimento do público visitante, onde se acentua o forte aumento, em termos absolutos, dos visitantes individuais com mais de 65 anos. Tal poderá ser, não só reflexo de um constatável envelhecimento geral da população, como de uma maior disponibilidade de tempo de lazer, por parte de idosos reformados.

BIBLIOGRAFIA

CALADO, Rafael Salinas (1947) – *Memórias dum ferro-velho*. Lisboa: Portugalia.

CÂMARA, Inês Bettencourt da (2008) – *Inquérito sobre serviços educativos e comunicação em museus: estudo exploratório*. [Em linha]. (s. l.): Mapa das Ideias. [Consult. 19 Jan. 2009] Disponível em http://www.mapadasideias.pt/outros_documentos/museus/estudo_exploratorio_museus.pdf.

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS (1929) – *Regulamento do Museu Municipal de Torres Vedras: aprovado em sessão camarária de 21 de Junho de 1929*. Torres Vedras: Tip. e Pap. Fernando d’Almeida.

FOURTEAU, Claude (2000) – La politique des publics au Louvre. In AAVV – *Publics & projects culturels: un enjeu des musées en Europe*. Paris: L’Harmattan, pp. 236-249.

GOMES, Rui Telmo (2001) – *Práticas culturais dos portugueses (I): actividades de lazer*. Folha OBS, 2. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Helena (2008) – Públicos culturais: algumas notas com museus em fundo. *Museologia.pt*, 2. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 77-85.

SANTOS, Jorge Alves dos e NEVES, José Soares (2005) – *Os museus municipais de Cascais*. col. Docs – Documentos de Trabalho, 6. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais/ Câmara Municipal de Cascais.

SIMÕES, Adélia e DIAS, Nuno (2006) – *Torres Vedras em números*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras.

TOBELEM, Jean-Michel (2003) – Utilisation des études de publics et stratégie de développement des organisations culturelles. In Donnât, Olivier e Tolila, Paul (dir.) – *Le(s) public(s) de la culture: politiques publiques et équipements culturels*, vol. I. Paris: Presses de Sciences Politiques, pp. 251-260.

ANEXOS


1

Bilhete de ingresso em uso no Museu Municipal Leonel Trindade, desde 1992.



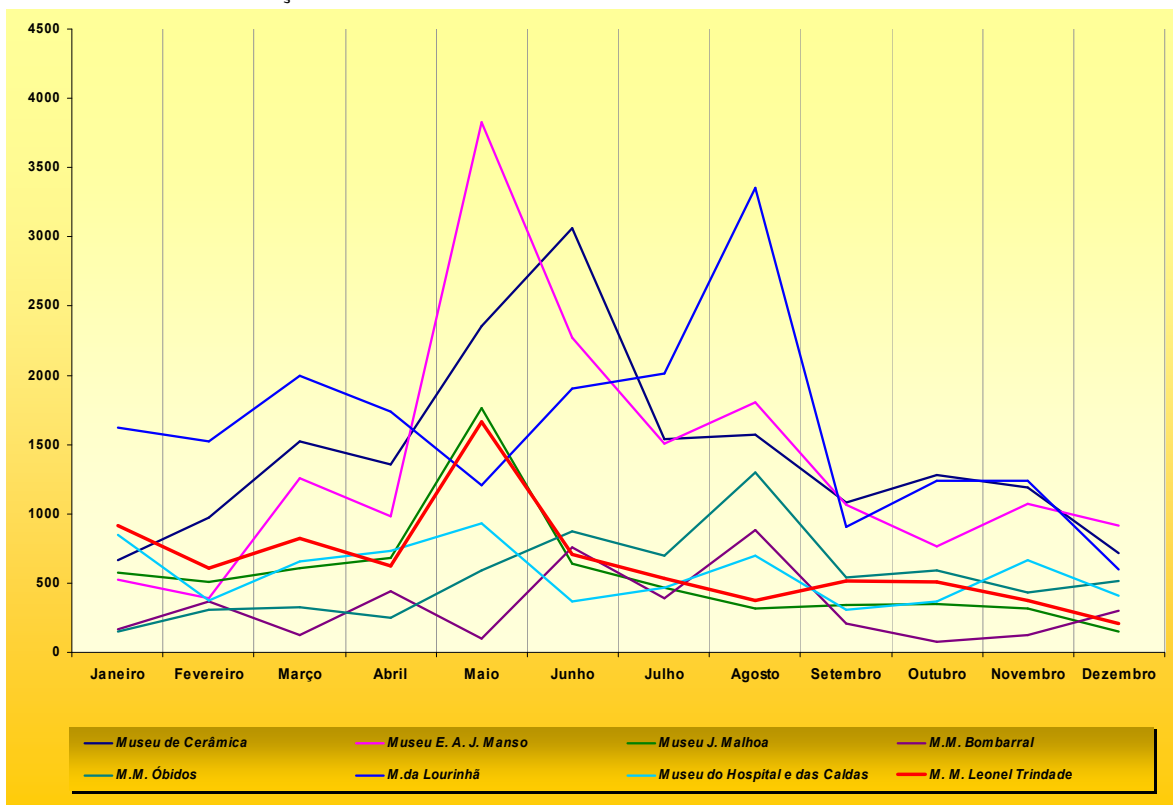
2

Quadro de registo mensal de visitantes, produzido informaticamente, 2006.

 Museu Municipal Leonel Trindade				Ano	Mês	Registo Mensal de Visitantes		TOTAL	
				2006	Junho			1479	
VISITANTES EM GRUPO	Grupos Escolares	Infantil	0	VISITANTES INDIVIDUAIS	Origem	Estrangeiro	40	TOTAL DE VISITANTES	1387
		1º CEB	115			Portugal	89		
		2º CEB	6			T. Vedras	221		
		3º CEB	0		Idades	65 ou +	84		
		Secundário	0			40 - 64	100		
		Superior	0			18 - 39	86		
		Outros	16			13 - 17	34		
	Outros Grupos	900	12 ou -		46	TOTAL DE VISITANTES	1387		
		Total	350						
						UTENTES			
						PARTICIPANTES			
						Tvedras Jazz	43	43	
						I.Exp.Castro Zamj,	0		
						Dia S. Gonçalo	0		
						C.ºMetrop.Lx	0		
						o	0		
						o	0		

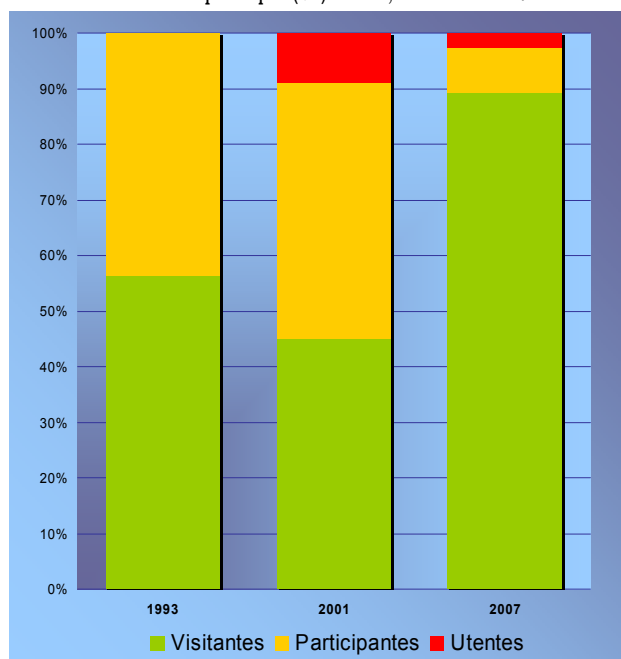
3

Museus do Oeste – distribuição mensal de visitantes – 2007

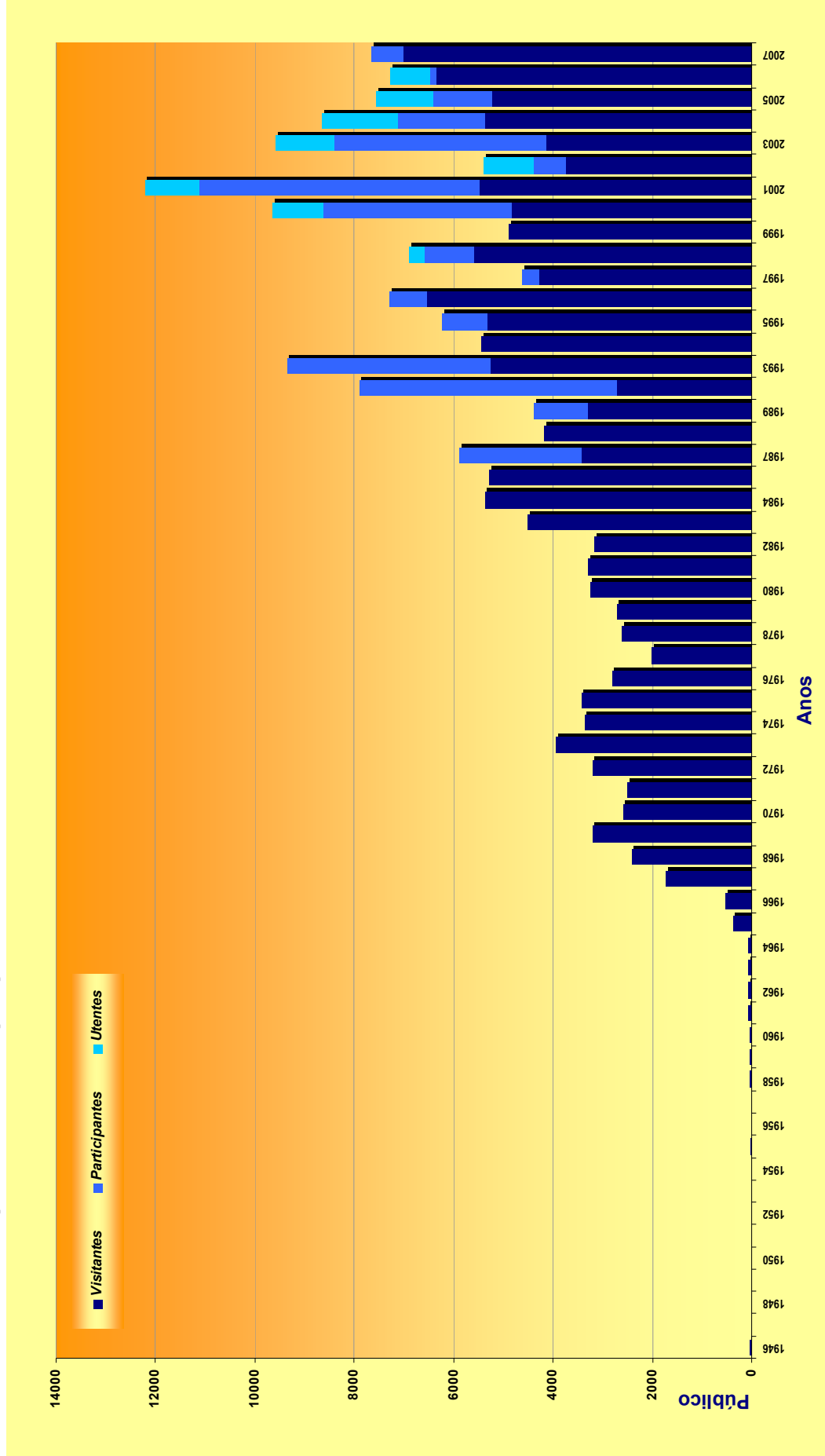


4

Públicos do MMLT por tipo (%) 1993, 2001 e 2007

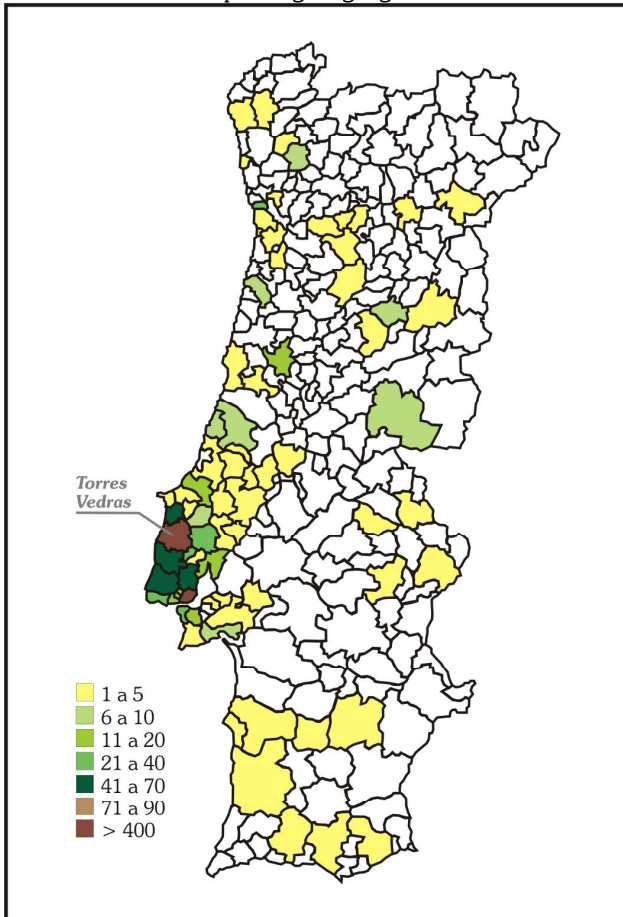


5 Públicos do Museu Municipal Leonel Trindade por tipo, 1946-2007



6

Visitantes individuais por origem geográfica – 1993



7

Visitantes individuais por origem geográfica – 2007

